

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 DE JUNHO DE 2011

Senhores Acionistas,
 Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco JBS S.A. ("Banco"), acompanhadas das notas explicativas, do semestre findo em 30 de junho de 2011, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.
 O Banco JBS, o banco da pecuária, tem como mercado de atuação o setor pecuarista nacional, oferecendo produtos e serviços destinados a apoiar o crescimento sustentável da pecuária brasileira. Nesta direção, o Banco JBS, em agosto de 2009, investiu na criação da empresa JBS Negócios Agropecuários que tem como atividade principal a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Em janeiro de 2010, firmou convênio com o Banco do Brasil para financiamento de projetos pecuários, como a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de animais, e etc. O Banco do Brasil entra com os recursos, e o Banco JBS fica responsável pela prospeção dos clientes e pela realização das operações, atuando como avaliador. É a primeira vez que este tipo de acordo, dentro do BB Conviv, é firmado com um banco para financiar a pecuária.
 Buscando ampliar seu leque de produtos e serviços para os clientes da cadeia produtiva da pecuária, o Banco obteve em 27 de maio de 2010, autorização para realizar operações no Mercado de Câmbio e, em 12 de julho de 2010, investiu na criação da empresa Eldorado Administradora de Recursos Ltda.,

denominação alterada para Pecu Administradora de Recursos Ltda., com o objetivo de prestar serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento de negócios. Porém, mediante a uma oportunidade surgida em uma estruturação do grupo, adquirimos em 26 de março de 2011, a Forsix Administradora de Recursos Ltda. da J&F Participações Financeiras Ltda., o que acelerou a nossa atuação na prestação de serviços de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e gestão de recursos.
 O Banco apresentou um lucro líquido de R\$1.482 mil no trimestre, com retorno sobre o patrimônio líquido de 4,73% no semestre.
 O lucro líquido do segundo trimestre de 2011 obteve um crescimento de R\$ 277 mil, representando 23% em relação ao mesmo período de 2010.
 O Banco tem permanentemente revisado seus processos de gestão de risco operacional e de mercado que estão aderentes ao que disciplina as Resoluções CMN nº 3.380 e nº 3.464.
 O Banco utiliza para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional a Abordagem do Indicador Básico, conforme Circular BACEN nº 3.383.

A estrutura de Ouvidoria do Banco JBS atende plenamente os requisitos definidos pela Resolução CMN nº 3.849/10. O Banco disponibiliza aos seus clientes os canais de acesso à Ouvidoria e os divulga através de uma ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.
 Informamos ainda, que no segundo trimestre de 2011, o Banco JBS obteve a nota A-3 para seu risco de crédito de curto prazo e a classificação BBB- para os créditos de longo prazo pela agência Standard & Poor's (S&P). Esta foi a primeira classificação de risco obtida pelo Banco desde sua criação em 2008, sendo enquadrada no primeiro nível de *investment grade* da agência de classificação.
 Os *ratings* do Banco JBS refletem principalmente sua expertise e profundo conhecimento de seu nicho de mercado, o setor pecuarista nacional, favorecendo-se de sua participação relevante na concessão de financiamentos aos principais pecuaristas do mercado", informa o relatório da S&P. A agência ressalta ainda a boa qualidade dos ativos do banco e sua adequada capitalização.
 Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.
 São Paulo, 24 de agosto de 2011
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de Junho de 2011 e 2010

ATIVO	30/06/11		30/06/10		PASSIVO	30/06/11		30/06/10	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil		R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
ATIVO CIRCULANTE	564.902	293.940			PASSIVO CIRCULANTE	381.261	118.291		
DISPONIBILIDADES	455	29			DEPÓSITOS (nota 12)	69.364	24.548		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 5)	47.354	74.841			Depósitos à Vista	1.988	2.239		
Aplicações no Mercado Aberto	47.354	73.595			Depósitos a Prazo	67.376	22.309		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	1.246			CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	52.300	-		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 4 e 6)	107.391	14.739			Carteira Própria	52.300	-		
Carteira Própria	24.490	12.833			RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 13)	242.331	88.687		
Vinculados a Operações Compromissadas	52.551	-			Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	242.331	88.687		
Vinculados à Prestação de Garantias	27.130	1.892			RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14	257		
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.220	14			Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	14	257		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	159	279			RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	295	-		
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	9	4			Recursos em Trânsito de Terceiros	293	-		
Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	435	275			Transferências Internas de Recursos	2	-		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 4 e 7)	400.880	202.053			INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)	4.544	140		
Empréstimos	404.461	204.389			Instrumentos Financeiros Derivativos	4.544	140		
Financiamentos	6.445	-			OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 15)	12.413	4.659		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.026)	(2.336)			Carteira de Câmbio (nota 8)	467	-		
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	8.497	1.848			Sociais e Estatutárias	339	2.049		
Carteira de câmbio	445	-			Fiscais e Previdenciárias	5.577	-		
Rendas a Receber	435	-			Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.694	2.460		
Negociação e Intermediação de Valores	931	-			Negociação e Intermediação de Valores	66	-		
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14	245			Diversas	1.565	-		
Créditos Tributários (nota 23)	5.422	962			Tributos Diferidos	705	150		
Impostos e Contribuições a Compensar	1.225	572			PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	137.695	108.875		
Diversos	25	69			DEPÓSITOS (nota 12)	121.676	79.758		
OUTROS VALORES E BENS	166	151			Depósitos a Prazo	121.676	79.758		
Despesas Antecipadas	166	151			RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (nota 13)	16.019	28.602		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.762	29.593			Recursos de Letras Imobiliárias, Hipot., Créd. e Similares	16.019	28.602		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 4 e 7)	54.109	29.299			OUTRAS OBRIGAÇÕES (nota 15)	-	505		
Empréstimos	55.719	29.723			Sociais e Estatutárias	-	505		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.610)	(424)			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	519	-		
OUTROS CRÉDITOS	653	294			Recursos Antecipados	519	-		
Créditos Tributários (nota 23)	653	294			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 17)	106.114	102.897		
PERMANENTE	5.926	6.530			Capital Social	-	-		
INVESTIMENTOS (nota 9)	805	266			De Domiciliados no País	101.212	101.211		
Participações em Controladas - no País	805	266			Reserva de Legal	639	170		
IMOBILIZADO DE USO (nota 10)	1.067	778			Reserva Estatutária	4.263	1.516		
Outras Imobilizações de Uso	1.546	1.018			TOTAL DO PASSIVO	625.589	330.063		
(-) Depreciações Acumuladas	(479)	(240)							
DIFERIDO (nota 11)	4.054	5.486							
Gastos de Organização e Expansão	7.155	7.156							
(-) Amortizações Acumuladas	(3.101)	(1.670)							
TOTAL DO ATIVO	625.589	330.063							

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres Findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

	30/06/11						30/06/10					
	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	100.000	-	64	909	-	100.973	100.000	-	64	909	-	100.973
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	2.127	2.127	-	-	-	-	2.127	2.127
Destinações:												
Realização da Reserva	-	909	-	(909)	-	-	-	909	-	(909)	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	106	-	(106)	-	-	-	106	-	(106)	-
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	1.516	(1.516)	-	-	-	-	1.516	(1.516)	-
Dividendos Propostos no Semestre	-	-	-	-	(505)	(505)	-	-	-	-	(505)	(505)
Capitalização de Dividendos de Período Anterior	-	302	-	-	302	302	-	-	-	-	302	302
Saldos em 30 de junho de 2010	100.000	1.211	170	1.516	102.897	102.897	100.000	1.211	170	1.516	102.897	102.897
Saldos em 31 de dezembro de 2010	101.212	-	219	2.208	103.639	103.639	101.212	-	219	2.208	103.639	103.639
Destinações:												
Realização da Reserva	-	-	-	(2.208)	2.208	-	-	-	-	(2.208)	2.208	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	420	-	(420)	-	-	-	420	-	(420)	-
Constituição de Reserva Estatutária (nota 17)	-	-	-	4.263	(4.263)	-	-	-	-	4.263	(4.263)	-
Dividendos Pagos/Provisionados	-	-	-	-	(2.548)	(2.548)	-	-	-	-	(2.548)	(2.548)
Saldos em 30 de junho de 2011	101.212	-	639	4.263	106.114	106.114	101.212	-	639	4.263	106.114	106.114

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

1. Contexto Operacional: O Banco JBS S.A. ("Banco") opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a desenvolver suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito, de financiamento e de investimento. Adicionalmente, em 27 de maio de 2010 o Banco recebeu autorização para realizar operações no mercado de câmbio.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Medida Provisória nº 4.497/08 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "negociação" e "disponíveis para venda", de determinados instrumentos financeiros derivativos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e perdas por redução ao valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a. Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b. Ativos e Passivos - Circulante e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN 3.604/08. **d. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **e. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. **f. Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, as instituições financeiras devem classificar os títulos e valores mobiliários, nas seguintes categorias: **Títulos para Negociação** - Adquiridos com o propósito de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado; **Títulos Disponíveis para Venda** - São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta descaída do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial"; **e** **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. O Banco não possui títulos classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2011. Sua carteira foi integralmente classificada como títulos para negociação, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo apresentados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante, independente da data de vencimento dos títulos. **g. Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos):** São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002. Para as operações onde o Banco utiliza instrumentos financeiros classificados como *hedge*, e não relacionados a fluxo de caixa, sua valorização é a mercado, incluindo a valorização do item objeto de *hedge*, sendo estes efeitos reconhecidos diretamente no resultado. Atualmente as operações com instrumentos financeiros derivativos, não são destinadas a compensação integral ou parcial dos riscos decorrentes de exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição. Por este motivo estas operações não são classificadas como *hedge*, e os ajustes a valor de mercado são reconhecidos diretamente ao resultado do período. A valorização a mercado destes instrumentos financeiros é realizada de forma diária através de curvas de mercado, onde as verticais são baseadas em títulos e indexadores negociados em bolsa de valores. **h. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "HH" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "HH" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. **i. Outros Ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço. **j. Investimentos em Controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanços levantados na mesma data. **k. Imobilizado de Uso e Diferido:** O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR/99, conforme nota explicativa nº 10. O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme nota explicativa nº 11. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, serão mantidos neste grupo até a sua efetiva baixa. **l. Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment):** É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários", são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 30 de junho de 2011 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros, ou seja, na avaliação da Administração, a adoção desta norma não produz efeitos significativos no resultado do período, no patrimônio líquido ou nos ativos passíveis de avaliação. **m. Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido:** A provisão para imposto de renda (IRRF) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício fiscal. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras é de 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. **lucros tributáveis** estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e

análises realizadas pela Administração. **o. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2011 e 2010. **Contingências Passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis por assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, não sendo efetuada provisão contábil, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. **Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. **p. Outros Passivos:** Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data de fechamento das demonstrações financeiras. **q. Partes Relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações referem-se, principalmente, a depósitos à vista, letras de crédito e despesas administrativas. **r. Resultado por Ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social registrado na data das demonstrações contábeis.

Ativo	Saldos Antes da Reclassificação - 30/06/2010		Saldos Reclassificados - 30/06/2010	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	229.390	(216.557)	12.833	-
Operações de Crédito	14.795	216.557	231.352	-
Resultado	244.185	-	244.185	-

Resultado	Saldos Antes da Reclassificação - 30/06/2010		Saldos Reclassificados - 30/06/2010	
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26.218	(17.849)	8.369	-
Resultado de Operações de Crédito	1.618	19.161	20.779	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(40)	(1.312)	(1.272)	-
Resultado	27.796	-	27.796	-

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

7. Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

a. Composição por produto:

	30/06/11	30/06/10
Empréstimos		
Adiantamento a depositantes	9	7
C.P.R. (a)	379.256	219.197
Capital de giro	58.703	5.763
Cheque especial	66	294
Conta corrente garantida	22.146	8.851
Financiamentos		
Financiamentos a produção para exportação	6.445	-
Total da carteira de crédito	466.625	234.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.636)	(2.760)
	454.989	231.352

(a) A Administração do Banco efetuou a reclassificação dos valores relativos a CPR - Cédula de Produto Rural, classificados até então como "Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria", para "Operações de Crédito", incluindo a respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa, observado o disposto na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999. Vide nota 4 para maiores detalhes dos efeitos da referida reclassificação. **b. Composição por Ramo de Atividade e Vencimento:**

	30/06/11		
	Carteira Vencida	A Vencer até 360 dias	A Vencer acima de 360 dias
Setor privado			
Rural	-	59.240	8.835
Indústria	-	4.515	68.075
Comércio	-	13.955	23.012
Intermediários financeiros	-	7.525	9.057
Outros serviços	5.549	25.154	30.703
Pessoa física	20.380	270.508	37.828
Habitação	-	4.080	328.715
	25.929	384.977	55.719

c. Concentração da Carteira:

	30/06/11		
	Valor	% da Carteira	Provisões
10 maiores devedores	147.526	31,62%	1.122
50 maiores devedores seguintes	241.692	51,80%	8.421
100 maiores devedores seguintes	65.700	14,08%	1.578
Demais devedores seguintes	11.707	2,50%	515
	466.625	100,00%	11.636

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: A abertura da posição "A vencer" e "Vencida" refere-se às parcelas dos contratos vigentes em 30 de junho de 2011. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Nível de risco	30/06/11		
	Carteira a Vencer	Carteira Vencida	Valor da Provisão
AA	-	-	0,00%
A	417.689	1.85	(2.088)
B	1.781	(30)	0,25%
C	12.933	18.684	(949)
D	-	2.680	(286)
E	-	431	(129)
F	-	-	-
G	8.293	1.399	(6.784)
H	-	1.870	(1.370)
	440.696	25.929	(11.636)

Movimentação da PCLD

	30/06/11	30/06/10
Saldo inicial do semestre	696	696
Constituições	8.568	8.568
Transferências (a)	2.854	2.854
Reversões	(482)	(482)
Saldo final do trimestre	11.636	11.636

(a) As transferências de PCLD, referem-se às reclassificações de Cédulas de Produto Rural - Cédula de Produto Rural - Títulos e Valores Mobiliários para "Operações de Crédito" (vide nota 4). Em 30 de junho de 2010 não estão sendo apresentadas as informações relacionadas a operações de crédito por ramo de atividade e vencimento, abertura da concentração da carteira entre os maiores clientes e composição das operações de crédito de acordo com seus respectivos ratings e movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa. Isto deve-se ao fato da reclassificação das Cédulas de Produto Rural - CPR da rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" para a rubrica "Operações de Crédito" (vide nota 4 para maiores detalhes da referida reclassificação). **e. Cessão de Créditos:** No semestre corrente foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação, no montante de R\$ 3.793, com consequentes efeitos no resultado no montante de R\$ 2.831.

8. Carteira de Câmbio e Outros Créditos:

a. Câmbio:	30/06/11	30/06/10
Ativo - Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	233	-
Direitos sobre vendas de câmbio	212	-
	445	-
Passivo - Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	232	-
Obrigações para compras de câmbio	235	-
	467	-

b. Outros créditos: Os saldos presentes na rubrica "Outros Créditos", se compõem de: R\$ 14 referentes a adiantamentos e antecipações salariais (2010 - R\$ 245); R\$ 6.075 de créditos tributários (2010 - R\$ 1.256); R\$ 1.225 de impostos e contribuições a compensar (2010 - R\$ 572); R\$ 435 de rendas a receber (2010 - R\$ -); R\$ 25 de diversos (2010 - R\$ 69) e negociação e intermediação de valores no mercado futuro em R\$ 931 (2010 - R\$ -).

9. Investimento em Controladas: O Banco JBS possui participação de 99% nas empresas: JBS Negócios Agropecuários Ltda., Pecu Administradora de Recursos Ltda. (em fase pré-operacional, com capital a integralizar) e Forsix Administradora de Recursos Ltda. representando um saldo na rubrica de investimentos em 30 de junho de 2011 de R\$ 805 (R\$ 266 em 2010) e resultado de equivalência patrimonial no semestre de R\$ 408 (R\$ 145 em 2010). As controladas do Banco em 30 de junho de 2011, de acordo com seu ramo de atividade e constituição são: **JBS Negócios Agropecuários Ltda.** - A principal atividade da JBS Negócios Agropecuários Ltda. é a intermediação de negócios agropecuários e o desenvolvimento de projetos agropecuários. Foi constituída em 21 de agosto de 2009 e teve seu capital integralizado em 02 de outubro de 2009. **Pecu Administradora de Recursos Ltda.** - Em 12 de julho de 2010 o Banco constituiu a empresa Pecu Administradora de Recursos Ltda. com o objetivo de prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos para pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, e consultoria e assessoria empresarial, incluindo o planejamento e estruturação de negócios. O capital social da Empresa é de R\$ 100.000,00, representado por 100.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada. A Pecu Administradora de Recursos Ltda. ainda não entrou em operação, sendo que o referido capital social encontra-se "a integralizar" na data de 30 de junho de 2011. **Forsix Administradora de Recursos Ltda.** - Em 26 de março de 2011 o Banco tornou-se controlador da Forsix Administradora de Recursos Ltda., via aquisição de 99% da participação societária da referida entidade. A empresa investida, sediada na cidade de São Paulo-SP, atua na prestação de administração e gestão de carteira de valores mobiliários e administração de fundos para pessoas físicas ou jurídicas.

10. Imobilizado de Uso:

	30/06/11		30/06/10	
	Taxa de depreciação	Imobilizado custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	34	(7)	27
Sistema de comunicação	10%	123	(30)	93
Sistema de processamento de dados	20%	1.384	(441)	943
Sistema de segurança	10%	5	(1)	4
		1.546	(479)	1.067
				778

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

DIRETORIA

Emerson Fernandes Loureiro Diretor Superintendente	Adão Carlos de Araújo Diretor	Felipe Oppenheimer Pitanga Borges Diretor	Fernando Abe Ohara Diretor	José Antonio Marinho Neto Diretor	Willian Kenzo Yoshihiro Diretor
--	---	---	--------------------------------------	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco JBS S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco JBS S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção

11. Diferido:

	Taxa de amortização	30/06/11		30/06/10	
		Diferido custo	Amortização acumulada	Diferido líquido	Diferido líquido
Gastos de organização e expansão	20%	7.155	(3.101)	4.054	5.486
		7.155	(3.101)	4.054	5.486

12. Depósitos: Classificação e vencimento:

	30/06/11				30/06/10	
	Sem vencimento	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósito a Vista	1.988	-	-	-	1.988	2.239
Depósito a Prazo - CDB	-	5.686	4.224	9.910	2.112	2.112
Depósito a Prazo - DPGE	-	34.200	27.490	117.452	179.142	99.965
	1.988	34.200	33.176	121.676	191.040	104.316

13. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos: Classificação e vencimento:

	30/06/11			30/06/10	
	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de crédito do agronegócio	102.026	140.305	16.019	258.350	117.289
	102.026	140.305	16.019	258.350	117.289

14. Transações entre Partes Relacionadas: a. Remuneração dos Administradores: **a.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Até a data de 30 de junho de 2011, o valor de remuneração fixa dos Administradores (Conselho e Diretoria) totalizou o valor de R\$ 1.968 (2010 - R\$ 1.375). **a.2 Benefício pós-emprego:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração. **a.3 Quadro de administradores:** O quadro de colaboradores da alta administração teve acréscimo de dois administradores em 30 de junho de 2011 em relação ao mesmo período de 2010. **b. Operações entre Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2011 e 2010, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	30/06/11		30/06/10	
	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas)	Ativo/(Passivo)	Receitas/(Despesas)
Valores a receber de pessoas ligadas				
JBS Negócios Agropecuários Ltda.	25	119	-	-
Depósitos a vista				
JBS Negócios Agropecuários Ltda.	(7)	-	-	-
Recursos de aceites cambiais, LIs, LHS, debêntures e similares				
JBS Negócios Agropecuários Ltda.	(2)	(5)	(82)	-
Provisões para pagamentos a efetuar				
JBS S.A.	(11)	(329)	(162)	(115)
Valores a pagar a sociedades ligadas				
J & F Participações Financeiras Ltda.	(1.014)	-	-	-

15. Outras Obrigações: a. Fiscais e Previdenciárias/Tributos Diferidos: Compõem-se de: provisão para imposto de renda R\$ 2.879 (2010 - R\$ 956), provisão para contribuição social R\$ 1.760 (2010 - R\$ 554), provisão para Cofins a recolher R\$ 284 (2010 - R\$ 133), provisão para Pis a recolher R\$ 47 (2010 - R\$ 22), provisão para impostos e contribuições diferidos R\$ 705 (2010 - R\$ 150), e outros impostos e contribuições a recolher R\$ 607 (2010 - R\$ 383). **b. Outras Obrigações:** Compõem-se de: despesas de pessoal R\$ 2.053 (2010 - R\$ 1.376), publicações R\$ 185 (2010 - R\$ 73), serviços de terceiros R\$ 130 (2010 - R\$ 229), outras despesas administrativas R\$ 102 (2010 - R\$ 107), fundo garantidor de crédito R\$ 289 (2010 - R\$ 167), provisão para PLR R\$ 700 (2010 - R\$ -), pagamentos diversos R\$ 58 (2010 - R\$ 9), R\$ 1.014 de valores a pagar de sociedades ligadas (R\$ 2010 - R\$ -); R\$ 550 de credores diversos (R\$ 2010 - R\$ -); R\$ 339 de dividendos a pagar (2010 - R\$ -); R\$ 66 de negociação e intermediação de valores no mercado futuro (2010 - R\$ -) e outros no montante de R\$ 178 (2010 - R\$ 119).

16. Provisão para Passivos Contingentes: Em 30 de junho de 2011, o Banco não possuía contingências civis, trabalhistas e fiscais com probabilidade de saída de recursos prováveis. Assim, os valores relativos ao mesmo período do exercício de 2010, totalizando o montante de R\$ 380 de contenciosos trabalhistas, foram revertidos de acordo com alteração da expectativa de perdas de classificação "provável" para "possível".

17. Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social de R\$101.212 de domiciliados no País, é representado por 100.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	30/06/11	30/06/10
Composição acionária		
J & F Participações Financeiras Ltda.	99.000.000	99.000.000
Pessoal Físicas	1.000.000	1.000.000
	100.000.000	100.000.000

Reserva de lucros: Compõem-se de reserva legal de R\$ 639 (2010 - R\$ 170), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente. **Reservas Estatutárias:** Referem-se ao saldo positivo do resultado após deduzidos os montantes equivalentes a reserva legal e dividendos, o qual terá destinação definitiva a ser definida em Assembleia Geral Ordinária. Em 30 de junho de 2011 as reservas estatutárias equivalem-se ao montante de R\$ 4.263. **Dividendos:** Até a data de 30 de junho de 2011 foram deliberados/pagos dividendos aos acionistas no montante de R\$ 2.548.

	30/06/11	30/06/10
18. Despesas de Pessoal:		
Remuneração	6.174	3.918
Benefícios	611	355
Encargos sociais	2.317	1.903
Outras	30	200
	9.132	6.376

19. Outras Despesas Administrativas:

	30/06/11	30/06/10
Aluguéis	143	165
Comunicações	213	118
Honorários	160	180
Processamento de dados	716	661
Propaganda/publicidade e relações públicas	507	282
Serviços do sistema financeiro	968	583
Serviços de terceiros	142	270
Serviços técnicos especializados	1.766	238
Transportes e viagens	562	148
Depreciações e amortizações	852	803
Outras	267	107
	6.296	3.555

20. Despesas Tributárias

	30/06/11	30/06/10
ISS	19	-
Cofins	1.242	609
Pis/Pasep	202	99
Outras	32	3
	1.495	711

21. Outras Receitas Operacionais: A rubrica de outras receitas é composta principalmente por: recuperação de créditos baixados para prejuízo no valor de R\$ 2.891 (2010 - R\$ -), recuperação de encargos e despesas em R\$ 357 (2010 - R\$ -), reversão de provisões operacionais no montante de R\$ 580 (2010 - R\$ -), rendas de garantia R\$ 105 (2010 - R\$ -) e outras R\$ 12 (2010 - R\$ -), totalizando R\$ 3.945 (2010 - R\$ -).

22. Garantias Prestadas: Representam cartas de fiança prestadas a pessoas físicas e jurídicas não financeiras, no valor total de R\$ 5.072 (2010 - R\$ -), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários.

23. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido): a. Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente), no Exercício:

	30/06/11		30/06/10	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.122	8.414	3.059	3.598
Adições (exclusões)				
Permanentes	1.479	183	728	(8)
Contribuição social corrente	1.760	-	554	-
Contribuição social diferida	(468)	-	(15)	-
Outras adições (exclusões)	(221)	(225)	334	137
Resultado de equivalência patrimonial	408	408	(145)	(145)
Temporárias	3.139	3.139	101	101
Marcação à mercado (TVM e derivativos)	(2.519)	(2.519)	(1.251)	(1.251)
Outras adições (exclusões)	731	731	1.312	1.312
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.927	4.927	40	40
Lucro antes das compensações	11.740	11.736	3.888	3.691
Lucro real/ base de cálculo da contribuição social	11.740	11.736	3.888	3.691
Incentivos fiscais	(44)	-	(4)	-
Imposto de renda/Contribuição social corrente	2.880	1.760	956	554
Imposto de renda/Contribuição social diferido	(780)	(468)	(26)	(15)
Encargo líquido de imposto de renda/Contribuição social	2.100	1.292	930	539

b. Origem e Movimentação dos Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS: b.1 Crédito Tributário:

	30/06/11			30/06/10	
	Dez/2010	Constituição	Reversão		